

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

Através do Decreto n.º 74.084, baixado pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, em 20 de maio de 1974, foi aprovado o *Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas*, do IBGE. Publicado no *Diário Oficial da União*, de 21 de maio/74, consta de onze artigos e de anexo que discrimina o elenco de tópicos a serem levantados e transformados em informação.

Em entrevista sobre o *Plano* concedida à revista *Planejamento e Desenvolvimento (P&D)*,* n.º 15, ano 2, o Presidente do IBGE, Professor Isaac Kerstenetzky, disse que o documento “compreende o conjunto de informações estatísticas, geográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Brasil, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico-social e à segurança nacional. Desse modo, o *Plano* discrimina amplo espectro de informações, que já estão sendo produzidas ou que ainda virão a ser produzidas pelo IBGE em função das áreas de competência definidas pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1973.

Ao comentar o *Plano*, em síntese, o Professor Kerstenetzky explicou que “em primeiro lugar ele abrange estatísticas primárias e estatísticas derivadas.”

“Os levantamentos primários dizem respeito a apurações de registro ou de levantamentos diretos. Os dados derivados resultam de elaboração com base nos levantamentos primários. Assim, uma tabela de relações intersetoriais da produção de bens de serviço dá um sistema de referência tipo estatística de derivado. Ele pressupõe e, ao mesmo tempo, condiciona as estatísticas primárias indispensáveis à sua elaboração. Não podemos pensar em elaboração de tabelas de relações intersetoriais sem que esse tipo de estatística derivada esteja vinculado a um levantamento universal como um censo, especialmente o censo industrial. As estatísticas primárias envolvem levantamentos sobre situação demográfica, a situação econômica, a situação social, a situação cultural e a situação administrativa e política. As estatísticas derivadas abrangem indicadores demográficos e projeções de população, mais indicadores sociais, índices de preços, vários tipos de balanços — entre os quais o balanço alimentar — o balanço energético, matriz energética e contabilidade social”.

“A terceira parte do *Plano* trata da caracterização do território, recursos naturais, meio-ambiente e poluição. Cuida-se, aí, de sistematizar as informações relativas a estruturas, relevo e geologia, climatologia, revestimento florístico, etc., sistematização de dados sobre recursos naturais, meio-ambiente e poluição. O importante dessa nova área de competência do IBGE é que se possa, através de tal sistematização de informações, estabelecer melhores condições numa inter-relação entre dados de recursos naturais, meio-ambiente e poluição, e informações quanto à estrutura econômica do País e à própria dinâmica de crescimento da economia. O

* Órgão de Divulgação da Coordenação de Relações Públicas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

quarto capítulo refere-se às atividades cartográficas, compreendendo os levantamentos geodésicos e trabalhos cartográficos propriamente ditos. Finalmente, o quinto capítulo, Estudos e Pesquisas, é sobre pesquisas sistemáticas do espaço brasileiro, estudos sobre a divisão regional e elaboração do Atlas Nacional”.

O *Boletim Geográfico* n.º 240 publicará o texto do Decreto 74.084, bem como o respectivo anexo.

Estudos e Pesquisas Atuais da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento

Para o desenvolvimento e busca de novas opções estratégicas da política econômica e social do Governo, é de importância fundamental as atribuições da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua atuação, norteadada pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1974, dirige-se no sentido de dotar o País de informações necessárias que impulsionem e acelerem o esforço desenvolvimentista brasileiro em diferentes setores ligados à economia, bem-estar e segurança nacional. Desse modo, o IBGE em suas áreas básicas de atividades — produção e divulgação de informações e estudos estatísticos, geográficos, cartográficos e demográficos — vem se estruturando através da criação de novas unidades de trabalho, conciliando, sempre, métodos avançados de levantamentos, pesquisas, análises e difusão da informação, às imposições da realidade brasileira de país em desenvolvimento, sujeita a constantes e rápidas modificações estruturais e setoriais.

A Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, uma das principais unidades de trabalho do IBGE ligada à Diretoria Técnica, funciona dentro desse esquema. Um exemplo são as atividades que atualmente ali se desenvolvem, através de departamentos, centros de estudos e grupos de trabalho que a compõem, buscando constantemente a cooperação interdisciplinar:

O Departamento de Geografia (DEGEO) ocupa-se, basicamente, em desenvolver suas atividades segundo dois níveis, um em escala nacional, no sentido de proporcionar uma visão global do País através da generalização e da integração de fatos geográficos num sistema nacional, outro em escala regional ou local, mediante a realização de estudos particulares de temas e áreas selecionadas de acordo com prio-

ridades, interesses e diretrizes da política governamental.

Assim, dedica-se à revisão sistemática dos modelos de Divisão Regional do Brasil, mediante pesquisas que objetivem o conhecimento do quadro natural, bem como dos processos agrários, urbanos e industrial do País, valendo-se de novas técnicas e da mais moderna metodologia, e de molde que tais estudos constituam-se também em subsídios à política nacional de desenvolvimento.

No que tange aos programas que constituem as efetivas linhas de ação do DEGEO, destacam-se os estudos pertinentes à regionalização, às migrações internas, às formas de atuação das cidades brasileiras, ao processo de metropolização, à população, aos domínios ecológicos e recursos naturais e, por fim, ao programa do Atlas Nacional do Brasil, este no que toca à parte regional, correspondente a cada uma das macroregiões do País.

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, por sua vez, dedica-se à realização de estudos, pesquisas e trabalhos científicos sobre aspectos qualitativos e quantitativos de população; elaboração de trabalhos e execução de pesquisas que contribuam para o diagnóstico da situação demográfica brasileira, em seus aspectos estruturais, dinâmicos e espaciais; colaboração com os órgãos técnicos do IBGE no aprimoramento de estatísticas e estudos de população. Em seu rol de atividades para o exercício de 1974 destacam-se, entre outros, os seguintes itens do programa de trabalho:

1. Estudos teóricos e metodológicos visando a estimativas de população de áreas metropolitanas a nível de municípios; determinação de níveis e padrões de mortalidade.

2. Estudos das variáveis demográficas, mortalidade, fecundidade, migrações internas, nupcialidade e de suas relações com outras variáveis econômicas e/ou sociais.

3. Análises globais e regionais dos resultados do Censo de 1970.

4. Projeções de População do Brasil; estudos e análises dos resultados obtidos nos itens já mencionados e ainda outros, onde poderiam ser abordados a composição e a distribuição da força de trabalho no Brasil, bem como o planejamento de nova pesquisa que identifique padrões e aspirações de fecundidade.

Grupo Projeto de Indicadores Sociais — GPIS. O aumento do consumo das estatísticas, tendo em vista o crescimento e a complexidade de projetos e programas de desenvolvimento nacional, levou o IBGE a reformulações nessa área, segundo o Plano Geral de In-